

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Eliziane Lima Rosa
Universidade Federal do Pará - UFPA
elizianelima@hotmail.com

Dinair Leal da Hora
Universidade Federal do Pará - UFPA
tucupi@uol.com.br

Marinalva da Silva Ferreira
Universidade Federal do Pará - UFPA
marinalva.ferreira@uemasul.edu.br

Thais da Silva
Universidade Federal do Pará - UFPA
thaisilvaestrela@gmail.com

1 Introdução

Este resumo ampliado tem como objetivo discutir as ideias propostas por Mainardes (2008), Oliveira *et al.* (2017), Laval (2019) e Siqueira *et al.* (2020). Busca relacionar as principais ideias desses autores com a discussão sobre a autoavaliação institucional nas Instituições de Ensino Superior, entendida como um mecanismo de concepção emancipatória, autônoma, pautada por uma gestão democrática e participativa.

Mainardes (2008) aborda a necessidade de um debate mais amplo sobre as políticas educacionais no Brasil e destaca a importância de expandir a discussão com abordagens e referenciais analíticos de outros países. Ele propõe uma perspectiva crítica e dialética na pesquisa de políticas educacionais, que considere todas as influências no processo de formulação dessas políticas. Mainardes (2008) enfatiza o papel das redes políticas na definição das políticas educacionais e a importância de analisar as diversas influências, incluindo as globais, internacionais, nacionais e locais.

Nessa perspectiva, Oliveira *et al.* (2017) discutem a transformação dos paradigmas nos últimos anos, que visa redefinir os objetivos e processos das escolas públicas. Eles mencionam que a Nova Gestão Pública foi adotada como um modelo de regulação focado na avaliação externa, resultando em desafios significativos para os diretores escolares devido a essas mudanças. Laval (2019), por sua vez, aborda que a

escola neoliberal opera sob um modelo que trata a educação como um bem privado, priorizando seu valor econômico e, assim, promovendo o avanço do capitalismo.

A partir disso, Siqueira *et al.* (2020) destacam a importância da participação dos segmentos nos processos de tomada de decisão na escola. Os autores argumentam que tal participação contribuiria para uma melhoria na qualidade da educação, tanto no que diz respeito à formação para o exercício da cidadania quanto à vivência democrática.

Considerando isso, este trabalho se propõe a relacionar as ideias apresentadas pelos autores ao meu objeto de pesquisa: a autoavaliação institucional numa Instituição de Ensino Superior (IES). O objetivo é explorar como essas concepções teóricas podem enriquecer a compreensão e implementação da autoavaliação institucional como um mecanismo emancipatório e autônomo, pautado pela gestão democrática e participativa. Esta abordagem contrapõe-se às ideias da Nova Gestão Pública, do neoliberalismo que tem a educação como mercadoria e os processos de autoavaliação tão somente sob a concepção da regulação e controle.

2 Perspectivas na Autoavaliação Institucional e Políticas Educacionais

Na concepção de Mainardes (2008), ainda havia poucas publicações que tratassem de discussões teóricas e metodológicas sobre a análise das políticas. Ele aponta que as abordagens convencionais e lineares predominam em comparação com as abordagens críticas e dialéticas e destaca que o campo das pesquisas sobre políticas educacionais está em constante desenvolvimento e expansão.

Mainardes (2008) ressalta a importância de discutir questões teóricas e metodológicas no contexto da análise de políticas, apresentando as principais abordagens utilizadas nesse campo. Ele menciona algumas dessas abordagens, como a de Taylor (1997), que destaca “a necessidade de explorar os contextos, textos e consequências das políticas”.

Mainardes (2008) apresenta uma abordagem que propõe a análise de cinco contextos diferentes, conhecidos como ciclo de políticas: “contexto de influência, produção do texto, contexto da prática, resultados ou efeitos e contexto da estratégia política (Mainardes, p. 9, 2008)”. Ele afirma que o ciclo de políticas é muito importante para a análise de políticas. Além dessas duas abordagens o autor traz o modelo proposto

por Fulcher (1999) que propõe um modelo baseado na teoria do discurso que são modelos que destacam a dimensão processual da formulação de políticas.

Com base nisso, Mainardes (2008) afirma que a tomada de decisão não é o ponto inicial das políticas públicas, mas é antecedida por um contexto de influências, ações, disputas e processos de negociação. Ele destaca a importância das redes de influência.

Mainardes (2008) também menciona o trabalho de Ball (2007), que define e discute a relevância das redes políticas e como elas impactam a tomada de decisões. Nessa perspectiva, a autoavaliação institucional nas IES deve pautar-se por uma análise crítica e dialética dos resultados que considerem as influências globais, nacionais e locais. Isso permite uma análise aprofundada que vai refletir no processo de tomada de decisões de modo que a autoavaliação possa ir além de uma concepção de regulação e controle.

Oliveira *et al.* (2017) afirmam que a transformação dos paradigmas nas políticas públicas no Brasil ocorreu após a Constituição de 1988, que implementou novos modelos de gestão a partir das demandas por maior descentralização e redemocratização da sociedade. Os autores discutem que a Nova Gestão Pública (NGP) centraliza a avaliação externa, relacionando os resultados escolares ao financiamento. Eles mencionam que, nas últimas décadas do século XX, o gerencialismo no serviço público passou a substituir os sistemas baseados na hierarquia burocrática por serviços mais diversificados. Essa mudança se fundamenta no gerencialismo como tendência hegemônica, influenciando concepções e práticas organizacionais nos serviços públicos e incorporando a lógica concorrencial voltada para o mercado. A partir disso, a autoavaliação de uma instituição de ensino, a partir de uma concepção emancipatória pautada por uma gestão democrática, contrapõe-se a essas transformações nas políticas educacionais.

Nesse contexto, Laval (2019) descreve a escola neoliberal como um modelo educacional que vê a educação como um bem essencialmente privado, priorizando seu valor econômico. Ele ressalta que, nesse modelo, não é a sociedade que garante a todos o direito à cultura, em vez disso, são os indivíduos que devem acumular recursos privados, cujo retorno futuro é assegurado pela sociedade.

Laval (2019) destaca que essa privatização afeta tanto o sentido do conhecimento quanto as próprias relações sociais. Ele discute que a ideia de plena autonomia dos indivíduos, limitada apenas pelas restrições que eles próprios aceitam, corresponde a instituições cuja única função parece ser servir a interesses particulares. Em oposição a

abordagem neoliberal que trata a educação como mercadoria e a escola como empresa, a autoavaliação baseada na gestão democrática e participativa fortalece a autonomia da instituição escolar e a educação com um bem público e direito de todos.

Por fim, a participação ativa de todos os segmentos das instituições de ensino, no caso das Instituições de Ensino Superior, que é o meu objeto de estudo, na autoavaliação institucional pode levar a uma melhoria na qualidade da educação. Essa participação é fundamental para a formação de cidadãos críticos e reflexivos e para a autonomia da instituição em exercer seu papel social.

3 Conclusão

A importância de debater as políticas educacionais no Brasil é destacada, considerando as influências globais, o papel das redes políticas e os desafios nas pesquisas deste campo. Refletimos sobre como as redes políticas ajudam a entender o processo de disputas por influências que impactam a formulação de políticas públicas. A Nova Gestão Pública foi criada para não apenas introduzir novos métodos de organização e administração do setor público, mas também para influenciar os objetivos das ações públicas. A lógica do capital é baseada na acumulação por meio da produção com fins lucrativos. A instituição escolar na concepção neoliberal visa principalmente desenvolver capacidades de inovação e preparar mão-de-obra que o mercado e as empresas precisam. A gestão democrática que pauta pela formação para o exercício da cidadania e vivência democrática se contrapõe a uma dimensão de ensino/ aprendizagem e ao desempenho tão presentes na Nova Gestão Pública.

4 Referências

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. Disponível em: **CONTRAPONOTOS** – Volume 9 nº 1 – pp.4-16 – Itajaí, jan/abr 2009.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. W. B.; CLEMENTINO, A. M.. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) Diretores(as). **RBPAE** - v. 33, n. 3, p. 707 - 726, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae>.

SIQUEIRA, C. E. B. da C.; BARTHOLO, T, L. Os impactos da gestão democrática na escola pública: uma revisão sistemática. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 14, n. 37. Agosto de 2020. P. 01-21. <https://revistas.ufpr.br/jpe>.